

RESENHA: Percursos geográficos. Maria do Carmo Corrêa Galvão. Rio de Janeiro: Lamparina/PPGG-UFRJ, 2009. 236p.

Júlio César Suzuki

Professor Doutor - Universidade de São Paulo - USP
jcsuzuki@usp.br

Maria do Carmo Corrêa Galvão, graduada, em 1951, pela Universidade do Brasil - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro -, doutorou-se, com a tese *Transformações da paisagem e estrutura da Região do Ruwer*, em Geografia, pela Universidade de Bonn (Alemanha), em 1962, sob orientação do Prof. Dr. Carl Troll, tendo sido professora da Universidade do Rio de Janeiro por mais de 40 anos, onde se aposentou como professora titular, tendo sido homenageada com o título de professora emérita.

Em mais de 40 anos dedicados à Geografia e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria do Carmo Corrêa Galvão viveu preocupações acadêmicas diversas, o que torna extremamente oportuna a publicação da coletânea, organizada por Gisela Aquino Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho, contendo textos de épocas diferentes, cujos temas são os mais variados, mas nos quais se percebe uma grande unidade para além da temática e da área de estudo, a relação campo-cidade e o estado do Rio de Janeiro. A unidade presente nas análises de Maria do Carmo Corrêa Galvão está posta no método de análise construído a partir das suas primeiras reflexões, nas quais categorias foram sendo incorporadas, permitindo a intelecção de novos dilemas do real.

O livro *Percursos geográficos* é composto por 11 capítulos e uma importante apresentação, na qual se pode perceber, além das linhas gerais da trajetória intelectual de Maria do Carmo Corrêa Galvão, liames das histórias da Geografia brasileira e da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRJ.

Na apresentação, Gisele Aquino Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho revelam o significado do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional, de 1956, sediado no Rio de Janeiro, para elaboração de guias de excursão, três dos quais de autoria de Maria do Carmo Corrêa Galvão, intelectual cuja importância foi extrema na consolidação do curso de Geografia e na criação e manutenção do curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do qual esteve à frente por mais de uma década.

Gisele Aquino Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho, ainda, identificam o objeto primordial presente nas análises de Maria do Carmo Corrêa Galvão, salientando a busca de uma trajetória por superar o simplismo de uma Geografia “bipolar”, fragmentada entre física e humana, o que se explica, em grande medida, por sua formação originada no curso de licenciatura em Geografia e em História na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

No primeiro capítulo, “Características da Geografia dos Transportes no Brasil”, originalmente publicado em 1966, Maria do Carmo Corrêa Galvão analisa a substituição dos caminhos existentes pelo sistema ferroviário até início do século XX, cuja crise se estabelece por conta da reestruturação produtiva no campo e na cidade, impondo novas mediações, como a necessidade de um meio de transporte que chegasse ao interior do país de forma mais rápida e menos onerosa, passando por áreas não incorporadas à lógica de produção de mercadorias, em substituição a uma estrutura ferroviária bastante debilitada e com padrões técnicos bastante diversos, em que pese a diferença entre as bitolas existentes nos vários ramais, o que impossibilitava o tráfego da mesma locomotiva pela rede instalada; determinações importantes para a primazia da rede rodoviária em relação à ferroviária, em que pese o papel do Estado na implantação do Plano Nacional de Viação, em 1934, no qual já se cogitava a abertura de comunicações rumo ao interior do país, bem como do Plano Rodoviário de 1944 e do Fundo Rodoviário Nacional de 1945, além do favorecimento estatal à indústria automobilística.

A análise, rica em mapeamentos e em gráficos, permite aprofundar uma leitura de mediações importantes para a compreensão da transição do sistema ferroviário para o rodoviário, em que a História se revela como meio fundamental para o estabelecimento dos liames estabelecidos.

No segundo capítulo, “Características gerais da geoeconomia e da geopolítica nacionais”, publicado, originalmente, em 1972, Maria do Carmo Corrêa Galvão mantém a força mediadora da História na compreensão das diferenças na distribuição da população e das atividades econômicas no Brasil, ressaltando-se a concentração dos meios de transporte e da industrialização no sudeste do país, como fundamentos da diversificação regional, mas,

também, da integração econômica, em que pese a importância dada à Geografia como “ciência espacial ou ciência da organização do espaço”.

No terceiro capítulo, “Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro”, de 1992, Maria do Carmo Corrêa Galvão, tomando como mote a realização da Conferência Rio-92, salienta, ainda mais, a relação necessária entre sociedade e natureza para compreensão dos processos relativos à Geografia, adensando as diferenças entre categorias por muitos tidas como iguais e sobrepostas, como as de natureza, meio ambiente, meio e ambiente, esta entendida como “[...] *produto* da relação homem/meio, sociedade natureza, ou seja, a natureza recriada pela sociedade, a natureza da qual o homem é parte, e não apenas a natureza [...]” (GALVÃO, 2009:69); o que permite, por meio de uma análise histórica, em que se delineia com maestria a descrição das mudanças da paisagem, com incorporações infraestruturais fundamentais para uma circulação mais dinâmica na cidade do Rio de Janeiro, como a abertura de túneis e a construção de viadutos, com ganhos e perdas sociais. Na análise empreendida, o ambiente ganha dimensões sociais e naturais expressivas, tão distantes de um identificação com o conceito de natureza.

No quarto capítulo, “Rio de Janeiro: contradições e ajustes de um espaço desigual”, publicado, em primeira versão, em 1986, mantêm-se mediações importantes da relação entre campo e cidade, ressaltadas na compreensão das mudanças presentes no estado do Rio de Janeiro, a partir da divisão social e territorial do trabalho, em que pese a dinâmica econômica da capital do Brasil e, depois, do estado, deixando sua posição de primazia na hierarquia urbana nacional, e das pequenas e médias cidades, bem como a ação do Estado em relação ao campo, à infraestrutura de transportes e ao saneamento.

No quinto capítulo, “A mineração na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma nota geográfica”, publicado por conta do jubileu de prata do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1992, Maria do Carmo Corrêa Galvão brinda-nos com uma importante análise histórica da redução da olarias no subúrbio carioca, motivada, em grande medida, pela ação dos empreendedores imobiliários, cuja incorporação de áreas não-edificadas é fundamental para a produção da cidade, mesmo em uma aparente contradição com a supressão de atividade fundamental para a construção civil, a da produção de telhas e tijolos; aparente porque passa a tomar maior expressão a

comercialização com outras áreas produtoras, como a de São Paulo, com a diminuição no número de olarias. Novamente, expressa-se uma análise em que as mediações entre sociedade e natureza e campo e cidade não se ausentam.

No sexto capítulo, “Apontamentos para um estudo sobre o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro”, originalmente publicado em 1989, com base em matérias de jornal, Maria do Carmo Corrêa Galvão identifica posturas e momentos cruciais em relação ao sítio e à posição do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, em que o conflito político, a questão ambiental e a política e o modelo industriais são seus ingredientes, empessando-se na relação entre Estado, capital e tecnologia.

Nos sétimo, oitavo e décimo capítulos — “A zona industrial antiga do Rio de Janeiro”, “Os novos eixos de circulação e a transformação da fisionomia urbana do Rio de Janeiro” e “O Rio de Janeiro e a zona rural circunvizinha”, publicados, originalmente, como parte dos *Roteiros das excursões*, do II Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado, em julho de 1965, no Rio de Janeiro, Maria do Carmo Corrêa Galvão revela, densamente, o seu conhecimento do espaço fluminense, tecendo análises marcantes das mudanças e das dinâmicas regionais, urbanas e agrárias, o que confirma o percurso criterioso de mais de uma década, naquela oportunidade, de pesquisa e de compreensão dos processos espaciais no estado do Rio de Janeiro. Vale frisar a existência de uma poesia, presente nos três capítulos, com a qual nos brinca em suas descrições, em que o colorido e os aromas nos tocam e nos inebriam, tomando contornos de fotografias, cujos elementos podemos visualizar como se trafegássemos junto com o restante do grupo de excursionistas.

No nono capítulo, “Aspectos da Geografia Agrária do sertão carioca”, publicado, em 1962, Maria do Carmo Corrêa Galvão, a partir da discussão da evolução da paisagem agrária e da propriedade, numa perspectiva histórica, discute as transformações de Vargem Grande (Jacarepaguá), Campo Grande e Santa Cruz, tendo como parâmetro a relação entre campo e cidade, com especializações regionais, determinadas, em grande medida, pelas condições naturais e pela história da ocupação espacial.

No último capítulo, “Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária”, mas não menos importante, publicado, no IX Encontro Nacional de Geografia

Agrária, de Florianópolis, em 1989, Maria do Carmo Corrêa Galvão nos coroa com o debate dos compromissos de uma reunião científica, da identidade dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária e do perfil dos encontros, ressaltando sua origem como movimento de valorização da área de Geografia Agrária em evento específico; o espírito combativo presente em sua concepção; o engajamento pessoal, livre, informal e voluntário dos organizadores; a existência de diferentes posturas; e o estímulo incondicional à pesquisa acadêmica, fundamental à formação de quadros. Assim, Maria do Carmo Corrêa Galvão tece uma avaliação das compreensões realizadas no bojo da Geografia Agrária e propõe, como necessária, a sua renovação.

Os onze capítulos compõem-se de temáticas das mais diversas, aparentemente tecidas pela unidade da área de estudo, no entanto, a linha que os alinhava é o da construção de um método, fundado no trabalho de campo e na História, como mediações fundamentais à compreensão das singularidades locais e regionais, inseridas em processos e dinâmicas nacionais e globais, o que permite vislumbrar, ainda, o significado que a categoria escala toma, nas compreensões apresentadas, em textos cuja relevância se mantém mesmo após mais de trinta anos da publicação dos mais antigos, não só como marca de um passado do estado do Rio de Janeiro, mas como procedimentos de pesquisa e de análise, tão importantes na formação do iniciante à pesquisa, bem como daquele que precisa ler para além das compreensões realizadas na contemporaneidade, como fundamento da necessidade de reavivar o que não pode ser esquecido: modos de se fazer Geografia.

Artigo recebido em 28/02/2011 e aceito para publicação em 10/06/2011.